

NOTA TÉCNICA 11/2012

DATA: 19/06/12

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2012

I – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

O desempenho da economia mundial continua bastante desfavorável. O período é de incerteza acima da usual e perspectivas de baixo crescimento, segundo percepção do Banco Central (reunião do COPOM de 30/05/2012).

A conjuntura econômica brasileira ainda se encontra sob influência deste cenário desfavorável. Segundo o IBGE, o PIB a preços de mercado cresceu 0,75% no primeiro trimestre em comparação com 2011. No mesmo período, o setor industrial apresentou queda de 2,95% em relação ao ano passado, impulsionada pela indústria automobilística, que recuou 20,4%.

Espera-se que as medidas de estímulo concedidas ao setor industrial pelo Governo Federal e a redução na taxa básica de juros impulsionem alguma recuperação da baixa atividade industrial no segundo semestre do ano. A previsão do Banco Central do Brasil para o crescimento industrial em 2012 está, atualmente, em 1,94%.

Com relação às expectativas de inflação, o cenário também é de incerteza. Se por um lado a recente valorização do dólar tende a pressionar os preços internos nos próximos meses, sobretudo dos bens comercializáveis, por outro, a recente redução do IPI para automóveis poderá aliviar parte dessas pressões de alta. No momento, o Banco Central estima que o IPCA feche o ano em 5,09% (ligeiramente acima do centro das metas de inflação). O IGP-M, por sua vez, calculado pela FGV-RJ, deve ficar em 6,02%.

Em março, ocorreu forte entrada de investimento estrangeiro (US\$ 13,6 bilhões) que garantiu novo superávit do Balanço de Pagamentos (US\$ 10,6 bilhões), visto novo déficit na Conta Corrente (US\$ 3,3 bilhões). O processo de desvalorização da moeda nacional influenciou diretamente no aumento da remessa de Lucros e Dividendos para o exterior (US\$ 2 bilhões).

No acumulado do primeiro trimestre, a menor atividade econômica levou à retração tanto do déficit em Conta Corrente (US\$ 12,2 bi) quanto do superávit na Conta Financeira (US\$ 24,0 bi), na comparação interanual.

No âmbito da produção fluminense observou-se queda de 6,8% no acumulado do primeiro trimestre em relação a igual período de 2011. O fraco desempenho do setor automobilístico foi decisivo para a baixa atividade da indústria fluminense no primeiro trimestre de 2012. Com significativa queda de 39,0% no ano, a indústria de Veículos automotores respondeu por 3,7 p.p. do índice cheio, ou seja, mais da metade da queda da indústria fluminense. Como consequência da baixa atividade fabril no setor automotivo, o refino de petróleo e álcool apresentou a segunda queda mais expressiva no trimestre (-8,1%), devido a menor produção de óleo diesel.

Dado o cenário atual e possível recuperação econômica para o segundo semestre, torna-se imprescindível que haja uma nova revisão dos principais itens de receita afetados. A nova projeção utiliza como base a receita realizada nos primeiros cinco meses de 2012, assim como a reavaliação de alguns parâmetros macroeconômicos para o ano. A seguir a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2012 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA REALIZADA	RECEITA 2012						3ª REVISÃO X 1ª REVISÃO		3ª REVISÃO X LOA		3ª REVISÃO X 2011	
		2011 (A)	LOA 2012 (B)	1ª REVISÃO (C)	2ª REVISÃO A (D)	2ª REVISÃO B (E)	2ª REVISÃO C (F)	3ª REVISÃO (G)	(G-C)	Δ % (G/C)	(D-C)	Δ % (D/C)	(F-G)	Δ % (F/G)
IRRF	00	1.708	1.677	1.850	1.850	1.850	1.850	1.850		0,0%	173	10,3%	142	8,3%
IPVA	00	1.547	1.770	1.686	1.686	1.686	1.686	1.720	34	2,0%	(49)	-2,8%	173	11,2%
ITBI	00	-	0	0	0	0	0	0		0,0%		0,0%		0,0%
ITD	00	418	446	446	446	446	446	474	28	6,3%	28	6,3%	56	13,3%
FECF	22	2.512	2.552	2.599	2.627	2.627	2.627	2.613	13	0,5%	60	2,4%	100	4,0%
ICMS	00	24.802	28.532	26.984	26.415	26.415	26.415	26.177	(807)	-3,0%	(2.355)	-8,3%	1.375	5,5%
Receita Financeira		245	202	202	202	202	202	202		0,2%		0,2%	(42)	-17,4%
FPE	06	918	1.015	1.015	1.015	1.015	1.015	989	(26)	-2,6%	(26)	-2,6%	71	7,7%
IPI	07	783	870	870	825	825	825	825	(45)	-5,2%	(45)	-5,2%	43	5,4%
Lei Kandir	07	86	86	86	86	86	86	86		0,0%		0,0%	(1)	0,0%
Demais Transf. União	01	70	88	88	88	88	88	88		0,0%		0,0%	18	25,4%
Multas e Juros		393	337	385	375	375	375	405	20	5,1%	67	19,9%	12	3,0%
M.J. Tributos		318	269	305	297	297	297	321	16	5,1%	52	19,3%	3	0,8%
	00	312	262	297	289	289	289	312	15	5,1%	50	19,3%		0,1%
	22	7	7	9	8	8	8	9		5,1%	1	19,3%	2	31,3%
M.J. Div. Ativa		64	61	69	69	69	69	73	4	5,1%	12	19,3%	9	14,3%
	00	62	61	69	68	68	68	72	4	5,1%	12	19,3%	10	16,4%
	22	2	1	1	1	1	1	1		5,1%		19,3%	(1)	-56,3%
M.J. Outros		11	7	10	9	9	9	11	1	5,1%	3	47,3%		1,0%
	01	11	7	10	9	9	9	11		4,9%	3	47,0%		0,8%
	22	-	-	-	-	-	-	0				0,0%		0,0%
	96	-	-	-	-	-	-	0				0,0%		0,0%
Dívida Ativa		227	216	287	287	287	287	583	297	103,6%	367	169,7%	357	157,3%
	00	197	197	257	257	257	257	523	266	103,6%	326	165,7%	326	165,9%
	22	4	2	3	3	3	3	6	3	103,6%	4	165,7%	2	37,4%
D. A. outros	01	26	17	27	27	27	27	55	28	103,6%	37	215,9%	29	111,3%
Demais Receitas (Folha de Pagto)	01	1.025	16	16	16	16	16	16		0,0%		0,0%	(1.009)	-98,5%
Receita de Privatização	01	184	-	820	820	820	820	820		0,0%	820	0,0%	636	346,5%
Dep. Judiciais tributários	90	20	43	43	43	43	43	43		0,0%		0,0%	23	116,9%
Ressarcimento de pessoal cedido		15	28	28	28	28	28	29	1	2,6%	1	2,6%	14	93,3%
	01	0	-	-	-	-	-	0				0,0%	(1)	-58,3%
	20	15	28	28	28	28	28	29	1	2,3%	1	2,3%	14	95,6%
Operações de Crédito		1.272	2.974	1.969	1.969	1.969	1.969	2.800	831	42,2%	(174)	-5,9%	1.529	120,2%
	11	1.228	2.693	1.388	1.388	1.388	1.388	2.518	1.131	81,5%	(174)	-6,5%	1.291	105,1%
	21	44	282	581	581	581	581	282	(300)	-51,5%	(1)	0,0%	238	542,2%
Outros		579	1.312	492	492	616	638	663	171	34,7%	(649)	-49,5%	84	14,5%
	00	0	30	30	30	30	30	30		0,1%		0,1%	30	33715,4%
	01	156	894	74	74	198	221	221	147	197,7%	(673)	-75,3%	65	41,8%
	05	359	374	374	374	374	374	374		0,0%		0,0%	15	4,2%
	07	0	0	0	0	0	0	0		0,0%		0,0%		122,0%
	11	46	-	-	-	-	-	23	23		23	0,0%	(23)	-49,7%
	20	13	11	11	11	11	11	11		0,0%		0,0%	(1)	-11,1%
	26	1	-	-	-	-	-	1	1		1	0,0%	(1)	-47,8%
	90	0	-	-	-	-	-	0				0,0%		113,4%
	95	4	3	3	3	3	3	3		3,7%		3,7%	(1)	-29,2%
Subtotal		36.803	42.164	39.866	39.270	39.394	39.417	40.383	517	1,3%	(1.782)	-4,2%	3.579	9,7%
Royalties		6.952	6.759	6.618	6.618	6.618	6.618	7.515	897	13,6%	756	11,2%	563	8,1%
	04*	2.467	2.191	2.161	2.161	2.161	2.161	2.208	47	2,2%	16	0,8%	(259)	-10,5%
	10*	4.486	4.567	4.457	4.457	4.457	4.457	5.307	850	19,1%	740	16,2%	822	18,3%
CIDE	26	107	110	78	78	78	78	69	(9)	-11,7%	(41)	-37,3%	(38)	-35,9%
Total		43.863	49.032	46.561	45.966	46.090	46.112	47.966	1.405	3,0%	(1.066)	-2,2%	4.104	9,4%

1. **IPVA** – reavaliado em mais R\$ 34 milhões em relação à primeira revisão. O valor arrecadado para o período de janeiro e maio de 2012 superou em 11,62% o ocorrido no ano anterior. A expectativa é que este desempenho seja mantido até o final do ano, devido a modernização dos sistemas da Secretaria de Fazenda, que deve propiciar maior controle do crédito tributário e efetividade na cobrança deste e dos outros impostos não pagos de exercícios anteriores. A atual estimativa para este ano é de crescimento de 11,20% em relação a 2011.

2. **ICMS** – reestimado em menos R\$ 807 milhões em relação à 1ª Revisão de Receita, ficando 5,5% acima do valor realizado em 2011. A reavaliação leva em conta a perspectiva de arrecadação da Subsecretaria de Receita da Fazenda face à permanência do contexto econômico desfavorável. Em 2012, no acumulado até maio, houve um crescimento de apenas 5%, aquém do crescimento de 9% estimado na 1ª Revisão de Receita, quando a estimativa do crescimento do PIB nacional girava em torno de 3,3%. No entanto, atualmente a expectativa do Banco Central para o PIB no último Boletim Focus (8/06/2012) caiu para 2,53% em virtude da desaceleração econômica nacional. Mesmo com a adoção de medidas de estímulo concedidas ao setor industrial pelo Governo Federal e a redução na taxa básica de juros, a expectativa de recuperação da atividade econômica só deverá ocorrer no segundo semestre.

3. **FECP** – reestimado em mais R\$ 13 milhões em relação à primeira revisão de receita. É importante esclarecer que à época da primeira revisão de receita, ainda em janeiro, os efeitos dos reajustes tarifários nos setores de telefonia fixa e de eletricidade (Relatório de Inflação do Banco Central de dezembro de 2011) sobre a arrecadação do Adicional do ICMS haviam sido subestimados. Portanto, a nova projeção de arrecadação para o tributo contempla este efeito, além da conjuntura econômica atual.

4. **ITD** - reestimado em mais de R\$ 28 milhões, acima de 13,3% em relação a 2011. A reavaliação foi motivada pelo crescimento significativo na arrecadação até maio, cerca de 39,7% quando comparado ao mesmo

período do ano passado. Este desempenho é fruto de uma combinação de fatores: investimento em sistemas e funcionários com o fim de aumentar a eficiência na arrecadação do ITD; supervalorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro no último ano e melhoramento das instalações da Inspeção de ITD, facilitando o acesso do contribuinte e melhorando as condições de trabalho de seus agentes.

- 5. Royalties e Participações Especiais do Petróleo** – reestimado em mais R\$ 897,5 milhões para o ano em relação à 1ª nota de receita, projetando um aumento de R\$ 562,6 milhões em relação ao valor realizado ao longo de 2011. Esta forte alta se deve ao fato de barril do petróleo ter atingido altos valores nos primeiros meses do ano (especialmente entre fevereiro e abril) chegando a registrar US\$ 128,14. Tais valores foram totalmente atípicos só tendo sido registradas cotações neste patamar no início da última grande crise mundial em meados de 2008. Nos meses de maio e junho, porém, esta commodity veio normalizando seu preço com valores abaixo de US\$ 100,00 em junho. Sendo assim, na projeção para o resto do ano, utilizou-se a referência do barril de petróleo Brent ao preço médio de US\$ 93,00. O câmbio também teve oscilações fortes, com depreciação acentuada do real a partir de abril. Para fazer frente a esta mudança de cenário, foram utilizados como parâmetros os valores do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de 01/06/2012. Importante ressaltar que a produção realizada nos três primeiros meses do ano está abaixo do previsto em 2,7%, o que corrobora a necessidade de utilizar parâmetros razoáveis na estimativa.

PARÂMETROS		
Mês de referência	Preço Brent (US\$)	Venda (R\$/US\$)
jun/12	93,00	1,98
jul/12	93,00	1,96
ago/12	93,00	1,95
set/12	93,00	1,94
out/12	93,00	1,93

- 6. FPE** - reestimado em menos R\$ 25,99 milhões em relação à 1ª Revisão de Receita, ficando 7,74% acima do valor realizado em 2011. Cabe destacar que a arrecadação líquida de IPI da União apresentou um

desempenho abaixo do esperado no início do ano, em função do grande volume de restituições, apontado no Demonstrativo das Transferências das Receitas Federais, divulgado pela STN (meses de janeiro, fevereiro e março de 2012). Assim, considerou-se a arrecadação de IR e de IPI da União até maio, o desempenho da economia nacional e as perspectivas de repasse da União divulgadas pela STN em 30/05/2012.

7. **IPI-Exp** – reestimado em menos R\$45 milhões em relação à 1ª Revisão de Receita, levando em conta as reduções sofridas na arrecadação da União de novembro e dezembro de 2011 que tiveram impacto significativo nos repasses aos estados em janeiro e fevereiro de 2012 – menos 54,16% em jan/2012 e de apenas mais 1,76% em fev/2012 contra os mesmos períodos de 2011. Segundo dados da STN, o desempenho negativo do ingresso da União decorreu do grande volume de restituições ocorrido naquele período.

8. **CIDE** – reestimado em menos R\$ 9,1 milhões em relação à 1ª Revisão de Receita, ficando 35,9% abaixo do realizado em 2011. Foram consideradas na análise as reduções de alíquotas específicas da CIDE sobre a gasolina (- 45,6%) e sobre o diesel (- 28,8%), que geram efeitos no repasse aos Estados até julho. Adicionalmente, foi considerada a previsão da STN de junho de repasse da CIDE, que estima uma queda considerável em relação a 2011.

9. **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa** – em função dos valores realizados até maio de 2012 foi possível reavaliar a projeção de Multas e Juros de Mora em mais R\$ 29,1 milhões e de Dívida Ativa em mais R\$ 296,8 milhões, ambos em relação à primeira revisão. As elevações nestas previsões decorrem de concessão de refinanciamento de débitos tributários ou não - Lei 6.136 e Lei 61.127, ambas de 28/12/2011.

II - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de junho, com a dotação atualizada até 06 de julho.

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE									
FR	RECEITA PREVISTA (JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL 06-07	Superávit até 06/07**	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (JUL 2012) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	31.158.300.007	32.982.192.705	9.316.055	1.346.270.095	16.597.613.223	15.407.461.645	14.138.112.642	31.626.606.555	(468.306.548)
01	1.412.001.629	1.370.315.126	-	-	816.156.039	783.805.821	607.183.567	1.370.315.126	41.686.503
06	989.011.814	1.015.004.100	-	4.100.594	635.018.675	633.844.893	499.667.175	1.010.903.506	(21.891.692)
07	910.943.024	955.802.325	-	3.976.643	186.874.610	185.314.858	150.198.877	951.825.682	(40.882.658)
22	2.627.981.699	2.562.400.736	-	-	1.187.692.384	988.796.926	792.175.777	2.562.400.736	65.580.963
SUBTOTAL REC. LIVRES	37.098.238.172	38.885.714.992	9.316.055	1.354.347.332	19.423.354.931	17.999.224.142	16.187.338.039	37.522.051.605	(423.813.433)
04	2.207.860.926	2.191.658.676	248.672	30.785.292	1.750.454.112	1.719.929.937	1.688.945.222	2.160.624.712	47.236.214
05	374.084.169	442.796.194	68.896.779	-	175.174.878	132.729.229	120.382.569	373.899.415	184.754
20	40.203.534	39.554.598	-	-	3.155.418	2.651.942	2.607.195	39.554.598	648.936
26	69.244.139	109.537.973	-	-	62.427.397	46.251.106	36.051.138	109.537.973	(40.293.834)
90	43.229.127	43.009.093	-	-	-	-	-	43.009.093	220.034
95	3.129.615	6.436.003	3.417.351	-	3.417.351	3.417.351	-	3.018.652	110.963
10*	5.307.230.851	4.567.189.996	-	-	2.790.831.032	2.790.203.267	2.782.864.852	4.567.189.996	740.040.855
11	2.541.438.255	4.569.086.327	5.133.893	-	554.589.517	356.854.104	303.610.547	4.563.952.434	(2.022.514.180)
21	281.683.000	281.693.000	-	-	95.066.339	18.235.976	17.975.680	281.693.000	(10.000)
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	10.868.103.617	12.250.961.860	77.696.695	30.785.292	5.435.116.044	5.070.272.913	4.952.437.203	12.142.479.873	(1.274.376.257)
TOTAL GERAL	47.966.341.789	51.136.676.852	87.012.749	1.385.132.624	24.858.470.975	23.069.497.055	21.139.775.242	49.664.531.478	(1.698.189.690)

** O superávit da FR 00 se refere apenas aos saldos financeiros disponíveis em contas de convênios apurados no exercício anterior.

* FR 10 - Royalties do Rioprevidência

A proposta da SEFAZ detalhada na Tabela acima, consideradas todas as fontes de recursos do Tesouro, inclusive aquelas com destinação específica, aponta uma receita estimada em menos R\$1,6 bilhão, quando comparada ao valor da dotação atual. Se consideradas as fontes que se compensam (recursos livres), a estimativa de receita é menor em R\$423,81 milhões.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que a frustração de receita apresentada deverá ensejar o contingenciamento de dotações a fim de evitar o déficit financeiro, conforme detalhado nas tabelas a seguir.

III.1 Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00*	7.633.297.912	8.099.557.211	480.928.420	3.933.162.965	3.933.056.218	3.847.876.688	7.618.628.791	14.669.121
FR 00 (DEA)	87.197.965	87.197.965		43.598.982	43.598.982	43.598.982	87.197.965	-
FR 04	387.954.835	366.747.808	12.981.195	215.336.138	215.336.045	215.336.045	353.766.613	34.188.222
FR 07	206.273.925	217.488.750	-	90.146.653	90.146.559	88.043.439	217.488.750	(11.214.825)
FR 26	17.174.888	27.384.493	-	9.445.344	9.445.252	9.445.252	27.384.493	(10.209.605)
TOTAL GERAL	8.331.899.524	8.798.376.227	493.909.615	4.291.690.082	4.291.583.056	4.204.300.406	8.304.466.612	27.432.912

III.2 Saúde

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.559.648.021	144.143.308	1.613.588.832	1.382.277.691	1.072.378.991	3.415.504.713	
IASERJ		(29.954.025)	-	(14.389.095)	(13.999.958)	(12.541.686)	(29.954.025)	
Op. da Farmácia Popular		(44.226.332)	-	(35.175.769)	(26.285.095)	(18.279.828)	(44.226.332)	
Promoção Alim. Saudável		(61.000.000)	-	(24.375.275)	(21.283.300)	(9.860.073)	(61.000.000)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(378.000)	-	(152.807)	(152.807)	(152.807)	(378.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(553.686)	(425.689)	(210.065)		
Fundações de Saúde				4.678.800	3.648.320	3.626.700		
Despesa Intraorçamentária do FES				(4.947.516)	(4.947.516)	(4.199.544)		
RP 2011 Cancelado		(80.819)					(80.819)	
TOTAL GERAL	3.338.893.334	3.424.008.845	144.143.308	1.538.673.484	1.318.831.646	1.030.761.688	3.279.865.537	59.027.797

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

III.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
PERDA LÍQUIDA	2.195.859.008	2.204.817.182	-	887.148.153	887.148.147	882.914.450	2.204.817.182	(8.958.174)
FR 00	1.995.340.276	2.009.569.554	-	806.184.230	806.184.227	801.950.530	2.009.569.554	(14.229.278)
FR 06	127.458.158	124.107.622	-	54.734.558	54.734.557	54.734.557	124.107.622	3.350.536
FR 07	73.060.574	71.140.006	-	26.229.365	26.229.363	26.229.363	71.140.006	1.920.568
RETORNO	2.442.124.782	2.750.247.313	256.927.225	1.057.500.620	1.057.500.616	1.038.200.023	2.493.320.088	(51.195.306)
FR 00	2.300.438.974	2.594.845.658	248.849.988	1.000.243.427	1.000.243.426	980.942.834	2.345.995.670	(45.556.696)
FR 06	71.930.036	78.893.199	4.100.594	31.930.405	31.930.404	31.930.404	74.792.605	(2.862.569)
FR 07	69.755.772	76.508.456	3.976.643	25.326.787	25.326.785	25.326.785	72.531.813	(2.776.041)
DEMAIS	2.318.062.377	2.300.468.560	9.396.138	1.147.567.806	892.944.674	772.407.156	2.291.072.422	26.989.955
UOS*		2.518.182.505	9.396.138	1.262.998.911	1.001.086.078	857.151.737	2.508.786.367	
CEPERJ		(15.132.727)	-	(7.102.558)	(7.086.272)	(6.061.708)	(15.132.727)	
FAPERJ		(167.366.921)	-	(92.106.690)	(91.670.785)	(72.630.850)	(167.366.921)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(15.925.000)	-	(5.876.288)	(5.876.288)	(3.932.003)	(15.925.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(19.000.000)	-	(9.293.532)	(2.575.957)	(1.223.419)	(19.000.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(1.034.079)	(914.145)	(878.644)	-	-
Multas/Juros INSS				(17.958)	(17.958)	(17.958)	-	-
RP		(289.297)					(289.297)	
TOTAL GERAL	6.956.046.170	7.255.533.055	266.323.363	3.092.216.579	2.837.593.437	2.693.521.629	6.989.209.692	(33.163.522)

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	330.551.658	348.538.598	14.122.493	149.613.594	144.195.806	95.723.270	334.416.105	(3.864.447)

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	357.053.855	320.289.617	6.401.216	106.884.802	77.219.611	46.234.896	313.888.401	43.165.454

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL*	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	262.798.155	258.882.574	-	74.945.017	58.494.105	47.424.818	258.882.574	3.915.581

* Considerado PT 3437 de Recuper Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	266.115.088	260.937.873	-	24.776.896	14.787.226	8.061.853	260.937.873	5.177.215

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (NOTA JUL 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (06/07)	LIQUIDADO (06/07)	PAGO (06/07)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	301.871.902	284.193.375	-	112.468.139	112.468.139	112.388.205	284.193.375	17.678.527
FR 01	14.120.016	12.068.025	-	58.341	58.341	58.341	12.068.025	2.051.991
FR 04	71.613.252	67.001.556	1.280.239	40.218.882	39.359.992	39.359.992	65.721.317	5.891.935
FR 06	7.860.110	10.150.039	-	5.152.857	5.152.857	5.152.857	10.150.039	(2.289.929)
FR 07	5.637.495	9.558.023	-	2.506.805	2.506.805	2.506.805	9.558.023	(3.920.528)
FR 26	497.947	1.095.380	-	283.358	283.358	283.358	1.095.380	(597.433)
TOTAL GERAL	401.600.722	384.066.398	1.280.239	160.688.382	159.829.492	159.749.558	382.786.159	18.814.563

III.5 Resumo dos Déficits por Fontes de Recursos

III.5.1 Todas as Fontes de Recursos

Quadro Resumo por Fontes de Recurso												
FR	ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						OUTRAS VINCULAÇÕES				Demais UOS*	TOTAL
	Transf. Município	SAÚDE	FUNDEB	Educação (Demais)	FAPERJ	FECAM	FEHIS	FAF	PASEP	RIOPREVIDÊNCIA		
00	14.669.121	59.027.797	(59.785.974)	26.989.955	(3.864.447)			5.177.215	17.678.527		(528.198.743)	(468.306.548)
01									2.051.991		39.634.511	41.686.503
04	34.188.222					43.165.454			5.891.935		(36.009.396)	47.236.214
05											184.754	184.754
06			487.967						(2.289.929)		(20.089.730)	(21.891.692)
07	(11.214.825)		(855.473)						(3.920.528)		(24.891.832)	(40.882.658)
20											648.936	648.936
22							3.915.581				61.665.382	65.580.963
26	(10.209.605)								(597.433)		(29.486.796)	(40.293.834)
90											220.034	220.034
95											110.963	110.963
10*										740.040.855		740.040.855
11												(2.022.514.180)
21												(10.000)
TOTAL	27.432.912	59.027.797	(60.153.480)	26.989.955	(3.864.447)	43.165.454	3.915.581	5.177.215	18.814.563	740.040.855	(536.211.916)	(1.698.189.690)

III.5.2 Fontes de Recursos do Tesouro que se compensam

Quadro Resumo por Fontes de Recurso do Tesouro que se compensam												
FR	ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						OUTRAS VINCULAÇÕES				Demais UOS*	TOTAL
	Transf. Município	SAÚDE	FUNDEB	Educação (Demais)	FAPERJ	FECAM	FEHIS	FAF	PASEP			
00	14.669.121	59.027.797	(59.785.974)	26.989.955	(3.864.447)			5.177.215	17.678.527		(528.198.743)	(468.306.548)
01									2.051.991		39.634.511	41.686.503
06			487.967						(2.289.929)		(20.089.730)	(21.891.692)
07	(11.214.825)		(855.473)						(3.920.528)		(24.891.832)	(40.882.658)
22							3.915.581				61.665.382	65.580.963
TOTAL	3.454.296	59.027.797	(60.153.480)	26.989.955	(3.864.447)	-	3.915.581	5.177.215	13.520.062	(471.880.411)	(423.813.433)	

IV – Conclusões

A presente nota avaliou a receita a partir dos valores de 2012 realizados no SIG até 13/06/2012 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária.

Conforme apresentado no item III.5, o déficit apontado de R\$1,698 bilhões merece ser analisado por fonte de recurso já que nem todas podem se compensar entre si. Se avaliadas as fontes 00, 01, 06, 07 e 22 em conjunto observa-se uma necessidade de contingenciamento de R\$423 milhões, conforme Tabela III.5.2 detalhada por destinação específica. O valor a ser contingenciado no FUNDEB (retorno) deverá refletir na FR 15 alocada no orçamento da SEEDUC.

Com relação às demais fontes, se confirmada a previsão de receita, no segundo semestre do exercício, caberá ao Rioprevidência um excesso de arrecadação de R\$740 milhões, que recomendamos seja aberto somente no último trimestre, quando possivelmente teremos mais segurança na estimativa apresentada.

A continuidade do cenário econômico desfavorável para 2012, conforme mencionado no início deste documento, indica adotar as providências acima elencadas.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal